

POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS
DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU



Carta nº 029/2017

Canarana, 24 de Agosto de 2017

Para:

Michael Temer - Presidente da República do Brasil

Ricardo Barros - Ministro do Estado de Saúde

Marco Antônio Toccolini - Secretário Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS

Carlos Bezerra - Deputado Federal/MT

Ezequiel Fonseca - Deputado Federal/MT

Ságuas Moraes - Deputado Federal/MT

Assunto: Indicações políticas partidárias no comando do DSEI

Nós povos e organizações indígenas do Território Indígena do Xingu – TIX, viemos mais uma vez, mediante as vossas senhorias, manifestar a nossa insatisfação sobre as constantes tentativas por parte dos partidos políticos em dominar a gestão dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs e das consequências drásticas que isso irá causar. Essa atitude não é só autoritária como também é antidemocrática e exclui a participação das comunidades indígenas na discussão sobre a gestão dos DSEIs e desrespeita o direito de consulta aos povos indígenas como previsto da Convenção 169 da OIT.

Recentemente, foram os povos indígenas do Xingu que foram surpreendidos pela Portaria nº 2.058 de 14.08.2017 do Ministério da Saúde que exonerou a Alessandra Santos Abreu, Coordenadora do DSEI Xingu que havia assumido o cargo pela reivindicação ampla dos povos xinguanos. Em função disso uma comissão formada com os caciques mais importantes do Xingu, estiveram nessa capital federal entre os dias 14 a 17 de Agosto de 2017, em audiência com presidente da Funai, Secretário da SESAI, para entregar uma Nota de Repúdio e reivindicar a revogação imediata da Portaria nº 2.058, como é do conhecimento dos senhores e como podem conferir no documento anexo. Lembramos ainda, que na ocasião, o prazo acordado com as lideranças é que até o dia 23 de agosto de 2017 estaria feita a revogação da portaria, o que não foi cumprido até hoje.

Os senhores vejam, que não fugimos ao diálogo. É clara para nós que o governo não prioriza o bem estar dos povos indígenas, prioriza na verdade como vai controlar os altos volumes de dinheiro disponíveis para atendimento e direcionar para fins duvidosos. Hoje, é clara também que o governo e os políticos nos provocam para depois nos incriminar, mas não vamos nos intimidar.

Exigimos a revogação imediata da Portaria nº 2.058 de 14.08.2017. A demora do atendimento ao pleito nesse momento está mobilizando as lideranças e guerreiros para realização de atos públicos de grande proporção para chamar atenção das autoridades e da sociedade para a situação.

Não aceitamos a nomeação atual que é fruto de indicação político e partidário, que desrespeita a o direito de consulta aos nossos povos.

Assinam este documento:

WABUWABATI
Luca Kaiabi
Atatiro KU
KUNHAN KAIABI
Yakagi M. Kuituro
Presidente - ATIX
Tabata Kuituro
Biin/sua
Pigtkwajé
Wacamp